DocuSign Envelope ID: 1A45690F-BF37-4C7C-9182-84385DFCEB45

... continuação

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.

27. RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Custo das mercadorias vendidas - *commodities* agrícolas	**3.770.165**	2.015.052
Custo das mercadorias vendidas - insumos agrícolas	**6.099.507**	3.538.403
Custo dos serviços prestados	**5.592**	2.687
Custo de fretes	**158.911**	106.407
Valor justo contratos a termo - *commodities* agrícolas [1]	**106.856**	16.127
Custo das mercadorias vendidas	**10.141.031**	5.678.677

1) Compreende, basicamente, à mensuração dos estoques de *commodities* agrícolas ao valor de mercado, por meio de contratos a termo (nota 24.3.3) cuja variações são reconhecidas no resultado financeiro (nota 28).

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Gastos com pessoal	**421.200**	270.514
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa [1]	**76.738**	46.800
Depreciação e amortização	**108.911**	89.356
Serviços de terceiros	**71.506**	48.663
Comissões de vendas	**60.807**	34.390
Gastos com frota	**34.354**	26.219
Reversão (provisão) para perda de estoques	**23.791**	7.701
Manutenção e conservação predial	**23.584**	8.892
Publicidade e propaganda	**15.873**	6.982
Pagamento baseado em ações	**5.024**	8.873
Outras, líquidas	**81.834**	28.667
	923.622	577.057
Despesas com vendas	**477.108**	275.481
Despesas administrativas [2]	**420.447**	295.460
Outras, líquidas	**26.067**	6.116
	923.622	577.057

1) Em 31 de dezembro de 2022, inclui uma despesa de PECLD de R$128.775 e uma receita pela recuperação de itens incobráveis de R$52.036. 2) Em 31 de dezembro de 2022, as despesas adminsitrativas da controladora inclui, substancialmente, gastos com pessoal de R$22.442, serviços de terceiros de R$8.258 e pagamento baseados em ações de R$5.024 (R$15.255 de gastos com pessoal, R$2.491 de serviços de terceiros e R$8.873 de pagamento baseado em ações em 31 de dezembro de 2021).

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamento	**(251.407)**	(94.190)
Juros passivos com fornecedores e outros passivos	**(142.873)**	(54.661)
Descontos concedidos a clientes	**(49.642)**	(21.679)
Ajuste a valor presente de fornecedores	**(558.169)**	(236.040)
Ajuste a valor presente arrendamento	**(30.329)**	(17.830)
Outras	**(14.805)**	(13.818)
	(1.047.225)	(438.218)
Receitas financeiras		
Descontos por antecipação de pagamentos	**27.016**	9.458
Ajuste a valor presente de clientes	**331.836**	149.864
Juros ativos sobre clientes e outros ativos	**33.861**	38.534
Rendimentos de aplicações financeiras	**53.556**	15.618
Outras	**1.185**	248
	447.454	213.722
Variação cambial e valor justo, líquido		
Variação cambial	**70.534**	14.096
Valor justo contrato a termo - *commodities* agrícolas	**15.701**	44.610
Instrumentos financeiros derivativos	**(57.874)**	(20.306)
	28.361	38.400
Resultado financeiro, líquido [1]	**(571.410)**	(186.096)

1) Em 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro líquido da controladora é de despesas financeiras de R$22.864 (R$4.397 relativos a receitas financeiras em 31 de dezembro de 2021), representado, substancialmente, por juros passivo de operações de CRA. A Companhia possui políticas aprovadas pelo Conselho de Administração para a gestão de risco relacionados ao câmbio, taxa de juros, volatilidade no preço das *commodities* agrícolas, crédito e de liquidez (nota 23.1). Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes para demonstrar o impacto em possíveis cenários às posições tomadas pela Companhia (nota 24.4).

29. RESULTADO POR AÇÃO

29.1 Básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	**27.957**	118.338
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício - em milhares	**170.825**	138.319
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (exceto ações em tesouraria) - em milhares	**167.429**	154.638
Resultado básico por ação ordinária - R$	**0,1670**	0,7653

29.2 Diluído: O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações ordinárias em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações ordinárias que causariam a diluição.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	**27.957**	118.338
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício (exceto ações em tesouraria) - em milhares	**167.429**	154.638
Número de ações potenciais (opções de compra de ações) - em milhares		4.300
Média ponderada da quantidade de ações (diluída) - em milhares	**167.429**	158.938
Resultado diluído por ação ordinária - R$	**0,1670**	0,7446

30. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA

30.1 Transação não caixa: As operações de reconhecimento dos arrendamentos com base no CPC 06 (R2)/IFRS 16, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021, são no montante de R$85.703 e de R$25.556, respectivamente, não representam valores desembolsados em caixa. Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia adquiriu o controle da Agrocat e, em 31 de dezembro de 2022, o valor remanescente a pagar é de R$ R$53.447 está registrado em outros passivos, sendo R$9.337 no curto prazo e R$ 44.110 no longo prazo.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com a natureza e os riscos envolvidos em suas atividades e com a orientação de seus consultores de seguros, cujos montantes são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

Natureza	Consolidado 31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Patrimonial e Estoques	276.644	164.080
Veículos	8.295	2.800
Ambiental e Transporte	8.500	103.000
Responsabilidade civil dos executivos e diretores	150.000	50.000
	100%	100%
Veículos	Tabela FIPE	Tabela FIPE

A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos auditores independentes.

32. COMPROMISSOS

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de compromissos de compra de grãos ("originação") e venda de grãos: São celebrados com o objetivo de comercializá-las para seus clientes, substancialmente *trading companies*, que por sua vez possuem contratos de venda. A seguir, apresentamos os volumes (em toneladas) contratados:

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2022			
	Soja	Milho	Trigo	Café	Soja	Milho	Trigo	Café
Contratos de compra	**320.496**	**152.805**	**545**	**1.442**	427.764	190.788	1.548	2.454
Contratos de venda	**(211.010)**	**(145.140)**	**(3.792)**	**(1.488)**	(387.836)	(185.495)	(5.795)	(2.566)
	109.486	**7.665**	**(3.247)**	**(46)**	39.928	5.293	(4.247)	(112)

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Efeitos decorrentes sobre a decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária: Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") no Brasil concluiu o julgamento relativos aos Temas 881 e 885, que discutem os efeitos da coisa julgada. Embora até a data da elaboração destas demonstrações financeiras, o conteúdo das decisões ainda não tenha sido publicado e disponibilizado, a Companhia não é parte processos judiciais, transitados em julgado que permitiram o não recolhimento de tributos, e que estariam relacionados a sentenças declaradas pelo STF baseadas na constitucionalidade ou inconstitucionalidade desses tributos. Portanto, a Companhia não tem nenhum impacto em função das decisões proferidas pelo STF nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

34. APROVAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sebastian Marcos Popik	Presidente
Tomas Romero	Membro Efetivo
Benildo Carvalho Teles	Membro Efetivo
João Fernando Garcia	Membro Efetivo
Larissa Yastrebov Pomerantzeff	Membro Efetivo
Welles Clóvis Pascoal	Membro Efetivo
Maurício Luis Luchetti	Membro Independente
Tarcila Reis Correa Ursini	Membro Independente
Eduardo Terra	Membro Independente

COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

Luiz Carlos Passetti	Coordenador do Comitê de Auditoria
Maurício Luis Luchetti	Membro do Comitê de Auditoria
Carla Alessandra Trematore	Membro do Comitê de Auditoria

DIRETORIA EXECUTIVA

Sheilla Maria Pereira Albuquerque	Diretora Presidente
Mauricio Puliti	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Fernando Manzeppi	Diretor Vice-presidente de Negócios

Joloir Nieblas Cavichini - Diretor de Controladoria
Maurício da Silva Lopes - Contador - CRC 1SP184432/O-0

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AgroGalaxy Participações S.A. ("Companhia"), instituído em 18 de dezembro de 2020 nos termos da legislação vigente, é órgão de assessoramento e vinculado ao Conselho de Administração. As atribuições do Comitê estão estabelecidas em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data de sua constituição, que dispõe entre outras: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA:** No ano de 2022, o Comitê de Auditoria realizou 11 (onze) reuniões, em que analisou e apreciou pautas aderentes as suas atribuições, em especial, as demonstrações financeiras trimestrais relativas ao exercício social de 2022 e anual (referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021), incluindo as atividades abaixo descritas. Periodicamente, o membro do comitê responsável pela sua coordenação reporta ao Conselho de Administração suas atividades, ocasião em que são prestados esclarecimentos e recomendações para aprovação de temas pertinentes ao Conselho de Administração. Foram as seguintes atividades desenvolvidas pelo Comitê no cumprimento de suas atribuições: (i) Auditoria Independente: Em 2022, o Comitê se reuniu 5 vezes com os auditores independentes e discutiu acerca dos exames, procedimentos efetuados, ceticismo, os resultados alcançados, a qualidade dos serviços prestados e sua independência, sendo uma destas reuniões para discutir acerca das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e as demais relativas às demonstrações financeiras trimestrais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. (ii) Auditoria Interna: Em linha com o crescimento da operação da Companhia, o Comitê de Auditoria aprovou a contratação da Ernst & Young para executar serviços de Auditoria Interna no modelo de *co-sourcing*. O escopo inclui (i) plano anual de auditoria; (ii) levantamento de riscos e controles chaves; (iii) execução de testes de auditoria anual baseado nas práticas adequadas do mercado; (iv) emissão de relatório de auditoria interna com recomendações quanto a pontos de racionalização, simplificação, fortalecimento dos controles internos, irregularidades e/ou divergências observadas nos processos e potenciais reduções de custos, assessorando o desenvolvimento de planos de ação em acordo com os gestores para as oportunidades de melhoria indicadas em cada processo auditado. O andamento dos trabalhos é reportado periodicamente nas reuniões do Comitê de Auditoria que monitora e considera a atual estrutura da Auditoria Interna adequada às necessidades da Companhia; (iii) Compliance e Programa de Integridade: Pauta recorrente do Comitê de Auditoria, o Programa de Integridade do AgroGalaxy foi consolidado e aprimorado seguindo as melhores práticas de mercado. Dentre as principais ações desenvolvidas no ano de 2022, destacam-se: (i) atualização do Código de Conduta e lançamento do Código de Conduta de Parceiros de Negócios ("CCPN") aprovado pelo Conselho de Administração; (ii) elaboração da matriz de riscos de integridade; (iii) desenvolvimento de regras de negócios inerentes ao Programa; (iv) ações de disseminação por meio de treinamentos e comunicações, incluindo a alta liderança da Companhia; (v) aprimoramento da diligência de parceiros de negócios; (vi) acompanhamento tempestivo do Canal de Integridade e reporte das suas atividades ao Comitê de Auditoria; (vii) desenvolvimento e aplicação do formulário de declaração de conflitos de interesses; (viii) aplicação da nova identidade visual e promoção do Programa "Integridade em Campo". (iv) Gestão de Riscos e Controles Internos: O Comitê de Auditoria acompanhou a estruturação da área para avaliação e monitoramento contínuo dos riscos. Com base na política de gestão de riscos e estrutura de governança corporativa no que tange a estruturação das linhas de defesa da Companhia, o Comitê de Auditoria avaliou a metodologia, acompanhou, revisou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da matriz de riscos corporativos do AgroGalaxy. Ainda, em ação contínua, foram definidas áreas chave para mapeamento dos principais riscos e processos operacionais da Companhia, dentre essas: (i) ESG; (ii) Integridade; e; (iii) Saúde, Segurança e Meio Ambiente ("SMA"). Temas relacionados à Carta de Controles emitida pela Auditoria Independente também foram objeto de análise do Comitê de Auditoria. **CONCLUSÕES:** Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, efetuaram a revisão e análise das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como o relatório da administração e o relatório dos auditores independentes. Além disso, atuaram na análise e revisão das demonstrações financeiras trimestrais referentes ao exercício de 2022. Com base nas atividades desenvolvidas no ano de 2022 e nas informações recebidas da Administração, dos responsáveis pelas áreas de gestão de riscos, controles internos, Compliance, auditoria interna e dos auditores independentes o Comitê de Auditoria recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras.

São Paulo, 28 de março de 2023.
Luiz Carlos Passetti - Coordenador do Comitê de Auditoria
Maurício Luis Luchetti - Membro do Comitê de Auditoria
Carla Alessandra Trematore - Membro do Comitê de Auditoria

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, a diretoria executiva do Agrogalaxy Participações S.A., declara que: (i) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. (ii) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Sheilla Maria Pereira Albuquerque - Diretora Presidente
Mauricio Puliti - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Fernando Manzeppi - Diretor Vice-presidente de Negócios

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
AgroGalaxy Participações S.A.

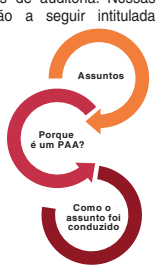
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da AgroGalaxy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da AgroGalaxy Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AgroGalaxy Participações S.A. e da AgroGalaxy Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Combinação de negócios - aquisição da controlada Agrocat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	
Conforme descrito na Nota 1.2.1 às demonstrações financeiras, em 2022 a Companhia adquiriu o controle da empresa Agrocat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. Esta transação foi avaliada como combinação de negócios sob o escopo da norma CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios, contabilizada pelo método de aquisição. Tal método considera, entre outros, a determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio ou ganho por compra vantajosa, no caso de o custo de aquisição ser superior ou inferior ao referido valor justo dos ativos líquidos identificados na empresa adquirida, respectivamente. Esse tema é foco da auditoria devido ao nível de julgamento envolvido na identificação e na determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio apurado.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos processos estabelecidos pela diretoria na aplicação do CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios, incluindo a avaliação dos modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra nessa transação. Avaliamos os procedimentos adotados pela diretoria na determinação do adquirente contábil, os quais incluíram o entendimento da avaliação realizada pela diretoria para a determinação da combinação de negócios, a análise dos atos societários que formalizaram a transação, a verificação dos efeitos contábeis resultantes dessa transação nas demonstrações financeiras da Companhia. Com o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, comparando-as com dados observáveis de mercado e/ou segmento de atuação, quando aplicável, e com informações históricas disponíveis, bem como com os documentos que formalizaram as transações. Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela diretoria para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios. Realizamos a leitura e avaliamos a adequação das divulgações realizadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos da diretoria para determinar os efeitos dessa transação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como os julgamentos e premissas utilizados pela diretoria no processo de identificação e mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e passivo assumidos na transação são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
***Impairment* do ágio**	
Conforme descrito na Nota 13 às demonstrações financeiras, em 2022 a Companhia e suas controladas mantém em suas demonstrações financeiras saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) de R$ 691.439 mil, resultante de aquisições de negócios ocorridas em anos anteriores e no ano corrente. A avaliação anual de recuperabilidade do ágio envolve premissas e julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos fluxos de caixa futuros esperados das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") identificadas pela Companhia. Focamos nossos trabalhos nesse tema pois envolve estimativas e julgamentos críticos da diretoria na preparação dos fluxos de caixa futuros, os quais, se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, dentre outros, a avaliação da definição pela Companhia, das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 01/IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", e o confronto dos fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como discutimos a adequação do modelo utilizado pela diretoria para fins da avaliação de recuperabilidade do ágio. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas projeções, tais como taxa de desconto, taxa de crescimento de receita, margem bruta esperada por segmento, e os custos operacionais das UGCs mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia. Avaliamos a competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela diretoria para a preparação dos fluxos de caixa futuros. Efetuamos também análises de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. Realizamos a leitura das divulgações realizadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos aplicados, bem como as premissas utilizadas pela diretoria são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - *Impairment*	
Conforme descrito na Nota 23.3.1 às demonstrações financeiras, a estimativa de provisão para os créditos de liquidação duvidosa envolve elevado julgamento por parte da diretoria para determinar o nível de perda esperada para as contas a receber de clientes. A diretoria aplica a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, para a mensuração dessa estimativa, e esse julgamento leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores externos e internos, tais como a natureza da operação de venda, as garantias existentes, a situação financeira dos clientes, as políticas de renegociação, o êxito obtido em renegociações concluídas, os níveis de perda confirmados em operações passadas, a análise do cenário atual e expectativas futuras dos segmentos em que atua, entre outros. Essa estimativa foi foco em nossos trabalhos de auditoria considerando que as variações nessas premissas e fatores utilizados pela diretoria podem alterar significativamente o valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a reconciliação dos relatórios auxiliares para a preparação das demonstrações financeiras com as informações utilizadas pela diretoria para o cálculo dessa estimativa, bem como a realização de testes documentais para garantir a integridade e a acuracidade das informações utilizadas. Realizamos procedimentos de confirmação das informações com terceiros e verificamos os dados internos que evidenciam o resultado obtido em renegociações realizadas pela Companhia, bem como que evidenciam as perdas efetivas apuradas no exercício e em exercícios passados. Avaliamos ser os percentuais de perda esperada considerados pela diretoria para o cálculo dessa estimativa estavam devidamente fundamentados nos fatores internos e externos disponíveis, e confirmamos que as informações de mercado para os segmentos em que a Companhia atua foram considerados na definição dos referidos percentuais. Confirmamos que os critérios utilizados para determinar o valor da provisão estão de acordo com os critérios definidos na política contábil aprovada pela Companhia e executamos o recálculo dos montantes apurados pela diretoria para confirmar a exatidão matemática do referido procedimento. Efetuamos também análises de sensibilidade para as principais premissas utilizada nessa estimativa. Realizamos a leitura das divulgações realizadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e procedimentos aplicados pela diretoria, bem como as premissas utilizadas no cálculo provisão para crédito de liquidação duvidosa e as divulgações realizadas nas notas explicativas são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards. Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luis Fernando de Souza Maranha
Contador CRC 1SP201527/O-5

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - CHAMAMENTO PÚBLICO N.005/2023 - OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONVIDAR O MAIOR NÚMERO DE ENTIDADES, EMPRESAS E DO MUNICIPIO INTERESSADOS EM FIRMAR PARCERIA E APOIAR O EVENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE JEVENTUDE, ESPORTE E LAZER DENOMINADA 1° CORRIDA E CAMINHADA 5 KM DA ZONA NORTE. O evento acontecerá no dia 06 de agosto de 2023. Edital completo deverá ser retirado gratuitamente no balcão do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 devendo o interessado trazer sua mídia específica para cópia (cd/dvd, pendrive, etc.) ou ainda no site www.braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Informações na Divisão de Licitações, Compras e Almoxarifado ou no telefone (11) 4034-7006 – (11) 4034-7091. Bragança Paulista, 29 de março de 2023 - JOCIMAR BUENO DO PRADO - SECRETARIO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPOSTES E LAZER.

Alumni Participações S.A.
CNPJ nº 33.842.434/0001-98 - NIRE: 35.300.575.571
AVISO AOS ACIONISTAS
**DISPON